

HABEAS CORPUS Nº 513.434 - SP (2019/0158855-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL KODAMA - SP421486
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROGERIO ALVES DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de ROGERIO ALVES DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução Penal n. 9000303-32.2018.8.26.0032).

O Juízo das Execuções Criminais deferiu o pedido de livramento condicional formulado pelo apenado, ora paciente (fls. 11/12).

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo no Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso e cassou a decisão monocrática, em julgamento assim resumido:

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - LIVRAMENTO CONDICIONAL - INDEFERIMENTO - NECESSÁRIO O CUMPRIMENTO DE LAPSO TEMPORAL - FALTA GRAVE - REINÍCIO DO LAPSO TEMPORAL PARA AQUISIÇÃO DE BENEFÍCIOS - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES - NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA 441 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DECISÃO REFORMADA RECURSO PROVIDO (fl. 72).

No presente *writ*, a Defensoria Pública alega, em síntese, que o cometimento de falta grave não constitui causa para a alteração da data-base na concessão do livramento condicional, sob pena de violação ao disposto na Súmula n. 441 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Indeferido o pedido liminar e prestadas as informações pela autoridade coatora, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *mandamus* e, subsidiariamente, pela denegação da ordem, nos termos da seguinte ementa:

HABEAS CORPUS. SUCEDÂNEO RECURSAL. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL

ELEITA. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. CONDENADO QUE REGISTRA PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. PRECEDENTES DESSE STJ. PARECER PELA EXTINÇÃO DO WRIT SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO OU PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM (fl. 116).

É o relatório.

Decido.

Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal – STF, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

No caso, a controvérsia refere-se à alteração da data-base para fins de livramento condicional. Nesse ponto, afirmou o Tribunal de origem:

Rogério pleiteou o livramento condicional, que foi concedido pelo Juiz de 1º grau, sob o fundamento de estarem preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo, considerando-se que o réu atingiu o lapso temporal necessário ao livramento condicional em 23/06/2016, conforme cálculo de fl. 20 vº do apenso “roteiro de penas”, bem como possui bom comportamento carcerário (fl.03). Pesem os argumentos em contrário, e respeitando o entendimento da magistrada a quo, a decisão merece reparos. Observo que o sentenciado no dia 26 de março de 2014 cometeu um novo delito, dando ensejo à ação penal (nº0004892-66.2014.8.26.0161) que tramitou na 3º Vara Criminal da Comarca de Diadema/SP.

Sendo assim, esta Relatora, assim, como outras Câmaras Criminais deste colendo Tribunal de Justiça, diferentemente do enunciado da Súmula nº 441, do STJ, adota o entendimento de que a falta grave e a nova condenação no curso da execução, interrompem o prazo para aquisição de todos os benefícios, conforme a seguinte decisão:

[...]

Ademais, o Supremo Tribunal Federal vem, reiteradamente, decidindo de forma diametralmente oposta à orientação da súmula nº 441/Superior Tribunal de Justiça, ou seja, aplicando, coerentemente, a interrupção do lapso temporal para todos os benefícios da execução penal:

[...]

Dessa forma, as regras previstas nos artigos 112 e 118, ambos da Lei de Execução Penal são complementares e permitem inferir que a superveniente condenação ou o mau comportamento do apenado,

durante a execução de sua pena, conduzem à regressão do regime prisional, bem como interrompem o lapso temporal para a aquisição de todos os benefícios, revelando, assim, completa coerência e respeito ao Princípio da individualização da pena.

Portanto, diversamente do entendimento da Juíza a quo, o sentenciado não alcançou o lapso temporal para obtenção do livramento condicional, qual seja, dois terços da pena, nos termos do art. 83, inciso V, do Código Penal, que somente ocorrerá em 03.09.2019 (fls.44/46), necessitando, então, do requisito objetivo para a concessão da benesse.

Quanto ao requisito subjetivo, ressalto que o atestado de boa conduta carcerária, por si só, não se mostra aceitável para avaliar o mérito do condenado, pois “ingressando no meio carcerário o sentenciado se adapta, paulatinamente, aos padrões da prisão. [...] estimulado pela necessidade de se manter vivo e, se possível, ser aceito no novo grupo. Portanto, longe de estar sendo ressocializado para a vida livre, está, na verdade, sendo socializado para viver na prisão. É claro que o preso aprende rapidamente as regras disciplinares na prisão, pois está interessado em não sofrer punições.” Sendo assim, verifico que ainda resta vultoso período de pena a cumprir. Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso Ministerial para cassar o livramento condicional concedido a Rogério Alves de Souza (fls. 73/78).

Observo que o voto condutor no acórdão recorrido dissentiu do Enunciado n. 441 da Súmula desta Corte, *in verbis*:

A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

No mesmo sentido, trago à colação os seguintes julgados, de ambas as Turmas que examinam matéria penal:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FALTA GRAVE. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A PROGRESSÃO DE REGIME. ADEQUAÇÃO. SÚMULA N. 534. INVIABILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO MARCO PARA LIVRAMENTO CONDICIONAL. SÚMULA 441/STJ. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, EM PARTE, DE OFÍCIO.

[...]

II - A prática de falta grave importa na alteração da data-base para a progressão de regime, nos termos da Súmula n. 534/STJ, verbis: "A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração."

III - A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, por ausência de expressa previsão legal, a prática de falta grave não enseja a alteração do marco para fins de livramento condicional - Súmula 441/STJ.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, em parte, para cassar o v. acórdão vergastado no ponto em que interrompeu o prazo para o benefício do livramento condicional em razão da prática de falta grave (HC 451.122/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. EXECUÇÃO PENAL. ART. 111, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 7.210/1984. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENAÇÃO. NOVA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS EXECUTÓRIOS. LIVRAMENTO CONDICIONAL. EXCEÇÃO. SÚMULA 441/STJ.

1. O livramento condicional é direito subjetivo do reeducando, sendo que, por ausência de previsão legal, a prática de falta disciplinar de natureza grave não interrompe o lapso para aferição do tempo devido ao deferimento de livramento condicional.

2. No Enunciado n. 441 da Súmula deste Superior Tribunal, consolidou-se que a falta grave, que também poderá ser nova condenação, não interrompe o prazo para a obtenção de livramento condicional.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido (AgInt no REsp 1651383/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 15/05/2017).

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*, mas concedo a ordem, de ofício, para que a falta grave cometida pelo paciente não interrompa o prazo para concessão do livramento condicional.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator